



PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	035
ASS	

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### INTRODUÇÃO

O ETP – Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

### **I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

#### I.1) A Necessidade da Contratação:

O registro de preço para futura e eventual aquisição de material de construção, em atendimento as demandas solicitadas ou inerentes à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos do Município de Rio Claro/RJ e demais Secretarias ou Fundos envolvidos tem como objetivo a aquisição de elementos indispensáveis para execução de serviços diversos, tais como: manutenção, reforma, construção de pequeno porte, ampliação, instalação hidráulica e elétrica nos imóveis pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (Fundo Municipal de Assistência Social), assim como nos demais imóveis pertencentes ao Município, promovendo a continuidade dos serviços essenciais e a preservação do patrimônio municipal.

#### I.2) O Problema a ser resolvido:

O principal problema a ser resolvido está atrelado a necessidade de reposição dos itens de material de construção nos almoxarifados pertencentes ao Município, no atual momento não existem muitas unidades ou nenhuma unidade disponível. O último Registro de Preços para materiais de construção expirou em 2024.

Diante da inexistência de estoque estratégico e da limitação de recursos humanos para gestão de múltiplas adesões, optou-se por instaurar novo procedimento licitatório por Pregão, com gestão exclusiva do Município de Rio Claro/RJ, vedando-





se adesões de outros entes ao referido SRP, conforme diretrizes internas de planejamento e capacidade operacional disponível.

I.3) O Interesse Público na contratação:

O interesse público está sendo mantido uma vez que o principal objetivo das aquisições é a realização de manutenção preventiva e corretiva, adequações e pequenas reformas nos imóveis públicos, assim como manutenção corriqueira em logradouros de utilização pública (sarjetas, passeios, praças etc), serviços estes que proporcionam ambientes recuperados da degradação, seguros e passíveis de serem utilizados de maneira plena, cumprindo todas as funcionalidades a que se destinam os locais, facilitando o desenvolvimento das atividades a que são destinados. Todos estes fatores possibilitam a criação de um contexto voltado para uma melhor qualidade de vida e também economicidade de recursos, tanto humanos quanto financeiros, uma vez que se evita o desgaste físico e emocional dos funcionários atrelados a execução das atividades em ambientes insalubres (mal iluminados, pintura desgastadas, umidade etc) e financeiro, uma vez que medidas corretivas ou preventivas evitam gastos dispendiosos futuros.

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais – PCA?

( ) SIM (X) NÃO

No caso de SIM, especificar o item do PCA

A administração pública ainda não elabora o PCA, entretanto a aquisição de materiais de construção (materiais de consumo) está prevista na LOA.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

● **Habilitação Jurídica:**

a) NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) EM SE TRATANDO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: Certificado

*[assinatura]*

*[assinatura]*





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	037
ASS	<i>[Signature]</i>

da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial (não sendo o contrato social consolidado apresentar juntamente todos os aditivos a este) em se tratando de sociedades empresárias: devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

d) NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES: ato constitutivo devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Os documentos listados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

f) Cópia de Documento Oficial com foto e CPF, de Sócio Administrador ou do titular da empresa, conforme o caso;

● **Qualificação Técnica:**

a) Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente atualizada, constando o período de fornecimento, de modo a comprovar





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	038
ASS	<i>[Signature]</i>

que a licitante já forneceu, o objeto deste certame ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante;

● **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante:

a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

4 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS e;

5 - Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

● **Vistoria Prévia**

Não cabe.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	039
ASS	<i>[Signature]</i>

- Apresentação de Amostra

Não será solicitada.

- Qual deverá ser a vigência da Ata/prorrogação/reajuste

O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura. Por se tratar de Ata de Registro de Preços, este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo as Secretarias ou Fundos envolvidos promover a solicitação de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições

- Prorrogação do Contrato/Ata:

A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura podendo, a critério das partes, ter sua duração prorrogada, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, ressalvados os limites legais para aditivo.

- Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):

O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões ou reajustes estritamente nos limites e condições previstas na Lei 14.133/21. Tendo em vista a previsão de reequilíbrio no art. 124 e ss. da Lei 14133/2021, fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou da retratação da variação efetiva do custo de produção, devendo para tanto ser encaminhado pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido, sendo admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, protocolado no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, endereçado ao órgão gerenciador do Registro de Preços;

O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e será realizado a partir da atualização pela data base da planilha referencial inicial, mantendo-se a diferença percentual apurada entre este preço e o preço originalmente constante na proposta do fornecedor;





PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	040
ASS	<i>[Signature]</i>

O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

**IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

- Qual a estimativa de quantidades?

As quantidades estimadas estão descritas nas Planilhas de referência.

- Método de levantamento das quantidades

Informamos que as quantidades foram estimadas com o objetivo de atendimento integral as possíveis demandas que possam se materializar no período de um ano, foram definidas a partir do consumo observado em períodos anteriores e ratificadas através de levantamento realizado por técnico devidamente qualificado para tal. A metodologia consistiu na observação das demandas e necessidades visíveis nos últimos anos e também na previsão acerca das necessidades de manutenções corretivas e preventivas, uma vez que devido a ação inevitável das intempéries, desgaste natural e utilização constante dos imóveis, estes possuem propensão a apresentar problemas específicos e já previsíveis. Seguem anexos a Memória de Cálculo.

**V. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

- Descreva quais as soluções disponíveis no mercado:

No contexto de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, foram avaliadas as seguintes alternativas para suprir a necessidade da Administração:

a) Locação de materiais de construção: alternativa descartada por inviabilidade técnica, tendo em vista que os materiais são consumíveis, não retornáveis e de uso definitivo em obras públicas.

b) Permuta ou comodato: opções não aplicáveis, considerando a natureza dos itens e a ausência de práticas viáveis nesse formato no setor público para este tipo de





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	041
ASS	<i>[Signature]</i>

material.

c) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial com fornecimento dos materiais:

I – Embora inicialmente cogitada, essa alternativa foi considerada inadequada, pois:

1. O Município já conta com equipe própria habilitada para execução das manutenções;

2. A contratação exigiria levantamento técnico exaustivo de todas as manutenções possíveis ao longo da vigência contratual, o que se mostra impraticável devido à natureza imprevisível das demandas;

3. A alternativa poderia gerar múltiplos aditivos contratuais, perda de controle, aumento de custo e redução de agilidade nas execuções.

● Justificativa técnica e econômica da escolha

Diante das análises técnicas e econômicas realizadas, a aquisição direta por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) foi definida como a única solução viável e mais vantajosa, considerando:

I – A flexibilidade de aquisição conforme demanda real e pontual de cada setor;

II – O atendimento simultâneo e padronizado a diversas Secretarias Municipais;

III – O melhor aproveitamento da mão de obra própria do Município;

IV – A eliminação da necessidade de contratar empresas terceirizadas para serviços já cobertos pela estrutura administrativa existente.

● Caso haja restrição de mercado

Não existe restrição do mercado fornecedor, uma vez que a única exigência atrelada ao objeto diz respeito ao fato da empresa possuir familiaridade com o fornecimento.

● Pode ser realizada consulta pública com potenciais contratadas  
Não cabe.





PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	042
ASS	<i>[Signature]</i>

**VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

a) Demonstre a estimativa do valor da contratação

De posse das quantidades exigidas estimativamente para cada item, foi orçado tendo como base a Planilha eletrônica SINAPI, planilha reconhecidamente isenta e neutra – Referência: 07/2025. Os valores referenciais parciais e totais, assim como as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte seguem anexos ao processo.

**VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

● Descreva a solução escolhida

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade contínua e programada de aquisição de materiais de construção destinados às atividades de manutenção, conservação e, quando necessário, reforma de prédios públicos, praças, unidades escolares, centros de saúde, vias urbanas, áreas de lazer e demais estruturas sob responsabilidade das diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal de Rio Claro/RJ.

● Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica:

I – Em caso de fornecimento de produto em desacordo com as especificações, com defeito ou vício, a contratada deverá realizar a substituição imediata do item, sem qualquer custo adicional para a Administração;

II – Quando exigido de maneira formal, o licitante deverá apresentar informações sobre canais de atendimento, prazos de resposta e localização de assistência técnica disponível.

**VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

- O parcelamento torna-se viável e será empregado, uma vez que são itens autônomos e o objeto implica apenas no fornecimento e desde que atendidas as prerrogativas de





PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	043
ASS	<i>[Signature]</i>

fornecimento constantes neste documento não existirá qualquer empecilho. Desta forma seguirá para certame item a item de forma isolada.

**IX. RESULTADOS PRETENDIDOS** (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

- Quais resultados pretende-se alcançar com esta contratação

Pretende-se, com o presente processo, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre as empresas participantes, bem como a justa competição, evitando a contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do objeto.

A contratação decorrente do presente processo exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

A solução proposta visa garantir o abastecimento regular de insumos fundamentais à manutenção, conservação e eventual reforma de prédios públicos, pequenos reparos em vias públicas, equipamentos comunitários e demais espaços públicos, promovendo a continuidade dos serviços essenciais e a preservação do patrimônio municipal. Os itens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual por se tratar de produtos diversos podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido.

As quantidades previstas no presente termo de referência são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, e esta administração municipal se reserva o direito de adquirir em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Além disso, com a utilização do SRP será racionalizado o espaço para a armazenagem dos produtos.

**X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS** (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

- Quais as providências prévias à contratação deverão ser tomadas pela Administração





PROCESSO Nº	337/25
FL Nº	044
ASS	<i>[Signature]</i>

Municipal?

As providências consistem em realização do certame de acordo com os ditames legais e técnicos, não havendo fatores especiais, somente a adequada e recorrente tramitação do processo de despesas.

- Havendo contrato vigente para o mesmo objeto?  
Não há contrato vigente para o objeto.
- Terá que capacitar os servidores para a fiscalização e gestão contratual?  
Não há necessidade.

**XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

- Necessidade de contratações/aquisições correlatas  
Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a efetivação do serviço podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.
- Ações complementares correlatas  
Não cabe.

**XII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

- Há a possibilidade de inclusão de critérios de sustentabilidade na contratação  
Os critérios de sustentabilidade estão sendo utilizados desde o momento da definição de cada item, foram priorizados materiais em que na fabricação são envolvidos processos menos agressivos ao meio ambiente, assim como a opção por itens que durante a utilização apresentem menos desgaste, o que garante maior durabilidade/vida útil. Ou itens em que o descarte final apresente processos que causem menos interferências negativas ao meio.





PROCESSO Nº	337625
FL Nº	045
ASS.	<i>[Signature]</i>

- Quais os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação

Durante a execução do objeto não existe a possibilidade de impacto ambiental, desde que respeitadas as normas técnicas inerentes a cada caso específico e legislações ambientais inerentes (logística reversa, proibição acerca da utilização de determinadas matérias primas etc.).

### XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Este Membro da Comissão Orçamentária declara **VIÁVEL/INVIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Rio Claro – RJ, 19 de agosto de 2025

*[Signature]*  
**Jussara de Oliveira Moura**  
Diretor Geral Técnico/Membro de Comissão  
Matrícula: 21/392  
Diretor Geral Técnico/Membro de Comissão  
Mat. 21/392 CFT 070140467-13

*[Signature]*  
**Joyce Pereira Gomes**  
Diretor do Departamento de Compras/Membro de Comissão  
Matrícula: 33/772

*[Signature]*  
**Edilson Messias Batista**  
Diretor do Departamento de Compras/Membro de Comissão  
Matrícula: 20/942